

Art. 16. Constitui **efeito da condenação (NÃO AUTOMÁTICO)** – art.18) a **perda do cargo ou função pública**, para o servidor público, e a **suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.**

5. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PI - Defensor Público) Quanto às disposições da Lei nº 7.716/1989, que trata dos crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, julgue os próximos itens.

- I Os crimes definidos na referida lei admitem também a forma culposa.
- II A suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de três meses constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor praticado por seu responsável.
- III Constitui crime o acesso ou recusa atendimento de alguém em estabelecimentos esportivos, casas de diversões ou clubes sociais, ainda que não abertos ao público.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e III estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Nenhum item está certo.

6. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PI - Defensor Público) Considerando que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XLII, previu que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei” e que a Lei nº 7.716/1989, por sua vez, definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os próximos itens.

I Embora a Constituição Federal tenha previsto que o crime de racismo seja inafiançável, é possível a concessão de liberdade provisória sem fiança, em caso de prisão em flagrante.

II A Lei nº 7.716/1989 prevê que serão punidos os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de religião.

III Dada a relevância do bem jurídico tutelado, constitui efeito da condenação a perda automática do cargo ou função pública, para o servidor público que tenha praticado, no exercício de sua função, algum dos delitos previstos na Lei nº 7.716/1989.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item III está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

7. (PM-MT - 2021 - PM-MT - Sargento da Polícia Militar) Constitui efeito da condenação por crime tipificado na Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, no caso de servidor público:

- A) A suspensão dos direitos políticos por até três anos.
- B) A perda do cargo ou função pública.
- C) A declaração de inidoneidade.
- D) O impedimento para contratar com o Poder Público.
- E) A suspensão do cargo ou função pública, sem remuneração, por até dois anos.

Art. 20. (...)

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que **utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.**

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

8. (INSTITUTO AOCP - 2021 - PC-PA - Investigador de Polícia Civil) Adolfo, objetivando a divulgação do nazismo, distribuiu pelas ruas de seu município distintivos e ornamentos que utilizavam a cruz suástica. Diante do caso hipotético exposto, bem como considerando as disposições da Lei nº 7.716/1989, Adolfo, se condenado, estará sujeito à pena de

- A) detenção de seis meses a dois anos e multa.
- B) detenção de dois a quatro anos e multa.
- C) reclusão de um a três anos e multa.
- D) reclusão de dois a cinco anos e multa.
- E) reclusão de três a oito anos e multa.

9. (ADAPTADA - CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - Defensor Público Substituto) Em relação aos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, é correto afirmar que

- A) esses crimes não alcançam as situações de discriminação relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual.
- B) a utilização da cruz suástica em camisetas ou bonés caracteriza, em qualquer situação, crime de divulgação do nazismo.
- C) constitui crime previsto na Lei nº 7.716/89 injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça.
- D) tais crimes são inafiançáveis, mas sujeitos aos prazos prescricionais estabelecidos no Código Penal brasileiro.

Art. 20. **Praticar, induzir ou incitar** a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

Art. 20. (...)

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido por intermédio dos **meios de comunicação social**, de publicação em **redes sociais**, da **rede mundial de computadores** ou de **publicação de qualquer natureza**:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

Art. 20. (...)

§ 2º-A Se qualquer dos crimes previstos neste artigo for cometido no contexto de **atividades esportivas, religiosas, artísticas ou culturais** **destinadas ao público**:

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e **proibição de frequência, por 3 (três) anos**, a locais destinados a **práticas esportivas, artísticas ou culturais destinadas ao público**, conforme o caso.

§ 2º-B Sem prejuízo da pena correspondente à violência, incorre nas mesmas penas previstas no caput deste artigo (*reclusão de um a três anos e multa*) quem **obstar, impedir ou empregar violência** contra quaisquer **manifestações ou práticas religiosas**.

10. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PA - Defensor Público) Na situação em que o agente pratica discriminação racial em meio de comunicação social, tem-se um exemplo de

- A) causa de aumento de pena.
- B) qualificadora.
- C) causa de diminuição de pena.
- D) agravante.
- E) circunstância sem previsão legal, razão porque deverá ser avaliada na pena-base.